

Narrativas populistas na Argentina do século XXI: do “peronismo heterodoxo” à consolidação do kirchnerismo

Akira Pinto Medeiros¹

Vera Lucia Michalany Chaia²

Resumo: Diante das sempre difíceis formulações e análises que se utilizam do termo *populismo* propõe-se discutir a contemporaneidade do termo na análise dos governos progressistas do início do século XXI na Argentina. A chamada “Década K”, compreendida entre 2003 e 2013, representou para a Argentina um passo importante na integração latino-americana assim como a redução de desigualdades internas a despeito das políticas neoliberais empregadas na década de 1990. Sob as lentes de Ernesto Laclau, Guillermo O’Donnell, Gerardo Aboy Carlés, Marcos Novaro, Isidoro Cheresky e outros, busca-se compreender as dinâmicas populistas no desenvolvimento e consolidação do chamado *kirchnerismo*.

5

Palavras-chave: Populismo. Kirchnerismo. Década K. Ernesto Laclau. Guillermo O’Donnell.

¹ Bacharel em Relações Internacionais pela PUC-SP.

² Professora Livre Docente do Departamento de Ciência Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP | Pesquisadora do Núcleo de Arte, Mídia e Política (NEAMP) da PUC-SP, do CNPq e da FAPESP.

Abstract: Beyond hard formulations and analyses that usually use the term *Populism* this paper aims to discuss the contemporaneity of this term when analysing the progressive governments from the beginning of the 21st century in Argentina. The period that goes from 2003 to 2013, called “The K decade”, represented a great step forward in Latin American integration as well as the decrease of inequality, on the opposite hand of the neo-liberals policy’s applied in the 1990’s. By using Ernesto Ernesto Laclau, Guillermo O’Donnell, Gerardo Aboy Carlés, Marcos Novaro, Isidoro Cheresky and others conceptions, the article search for comprehends populism dynamics during the “*Kirchnerismo*” development and consolidation.

Key-words: Populism; Kirchnerismo; The K Decade; Ernesto Laclau; Guillermo O’Donnell.

Introdução

Inúmeras formulações sobre o tema foram feitas até aqui e continuam a ser desenvolvidas, cada qual com sua devida paternidade ou autonomia. Diante deste cenário, interessa àqueles comprometidos com os povos e as camadas populares das sociedades, os entendimentos de *Ernesto Laclau* que de maneira inédita formula uma teoria geral capaz de explicar a ocorrência de uma lógica política específica através da formação de identidades coletivas. O populismo, visto desta maneira, representa uma construção do povo contra seu inimigo. Tem-se então que o fator fundamental para a elaboração e o êxito de qualquer discurso populista é a capacidade deste de articular e nomear claramente o inimigo do povo, estabelecendo, assim, uma barreira discursiva que deve ser sustentada.

Para uma Nação usualmente acostumada ao populismo, na qual construiu-se uma barreira clara entre os nacionais e os estrangeiros, imperialistas, invasores, colonizadores, vizinhos etc.; o assunto é visivelmente representativo. Para começar a analisar o termo e, portanto, suas diversas aplicações, é necessário reconhecer a existência de um processo que gerou um deslizamento de uma retórica sociológica erudita para uma retórica política popular, presente nos meios de comunicação e nas opiniões comuns da população. É essencial fugir daqueles que, infelizmente, tratam o fenômeno como justificativa para ações e discursos que buscam suprimir o voto popular em nome de uma suposta “boa política”.

De maneira geral, entende-se que o populismo é essencialmente uma política de massas, vinculada à proletarização dos trabalhadores que desorganizados, ou carentes de consciência política, que não participam da política como classe, não compreendendo as relações de exploração sob as quais vivem. Esta situação permitiria uma chamada “manipulação” por parte da classe política que a representaria, uma vez que a classe dirigente, ao perder sua representatividade e parte do seu poder, utiliza-se desta aproximação popular discursiva para voltar a ter o apoio político das massas emergentes. Presume-se, inúmeras vezes, que o populismo seria algo “aprisionador” e que a consciência de classe “libertaria”. Esta ligação, então, deveria ser feita através um líder carismático capaz de subordinar instituições e partidos. Segundo Angela Maria de Castro Gomes:

Nesta formulação, fica muito claro que o compromisso/apelo às massas – segmentos urbanos em geral – é um recurso para encontrar suporte e legitimidade em situação de crise de instabilidade, de incerteza política. Por isso, a categoria-chave para descrever a relação que se estabelece entre líder e massas é a de ‘manipulação populista’, remetendo à ideia básica de controle e tutela do Estado... (GOMES, 2013, pp. 33)

Esta concepção tradicional carece, pode-se dizer, de respeito às massas, pois enxerga que a suposta “manipulação” carrega em si uma carga assimétrica de poder em que uma das partes é concebida como provedora, forte e ativa, neste caso, o Estado, enquanto a massa é vista como a parte fraca e passiva por se mostrar incapaz de articulação própria. Esta concepção em que as massas são apenas destinatárias de políticas induz ao pensamento de que as massas seriam, então, manipuláveis, cooptadas ou até mesmo enganadas. Este pensamento, é bom que se diga, sofre grande influência de um “iluminismo intelectual”, que ao menos no caso brasileiro sabemos que tem cor e classe social definida. Esta suposta manipulação é vista, de maneira geral, como algo ruim e que desperta, sugestivamente, uma irracionalidade da multidão, distanciando portanto as massas proletárias da “razão política”. Imagina-se para tanto que é possível então que pressões populares possam ser desorganizadas e “espontâneas”. Sobre isso vale o destaque: “[...] as pressões populares nunca seriam de fato espontâneas, estando sempre ligadas a lideranças organizadas politicamente.” (GOMES, 2013, pp. 41-42). Este desprestígio do termo é ligado, basicamente aos estudos de psicologia de massas do início do século XX, estando assim relacionado à um excesso perigoso, que questiona a “racionalidade”. Sobre a tentativa de pintar estes supostos excessos como algo inassimilável, Freud, sempre à frente, responde que “excessos” são inerentes à formação de qualquer identidade social.

Um dos importantes estudos sobre psicologia de massas foi escrito por Gustave Le Bon e indica para a vagueza do discurso político como ferramenta para executar a convergência de demandas particulares e transformá-las em demandas democráticas. Le Bon, em *Psicologia das multidões*, aponta para os fenômenos de massa do século XIX como patológicos, e, indica ainda que as massas se utilizam frequentemente de palavras que possuem diferentes significados, uma vez que as imagens que estas evocam mudam frequentemente. Diz ele que:

Uma das funções mais essenciais de um estadista consiste em batizar com palavras populares, ou pelo menos indiferentes, coisas que a multidão não pode suportar sob seus velhos nomes. Tão grande é o poder das palavras que basta escolher bem os termos para tornar aceitáveis às multidões as coisas mais odiosas. (LE BON, 1895, pp. 129-129)

O estudo de Le Bon indica, através deste e outros recortes, basicamente que: para penetrar um pensamento na massa é válida a inexistência de raciocínio e prova, a repetição contínua deste pensamento e por fim o contágio entre as pessoas que acreditam nele.

Esta rejeição ao populismo, pautada em estudos como o citado acima, implica na subestimação da política pela simples política, a política *tout court* (LACLAU, 2004), e a afirmação de que a gestão da comunidade, ou do Estado, cabe a um (ou mais) poder administrativo, técnico, que se legitima pelo suposto conhecimento daquilo que se consiste e se julga como “bom” para comunidades, Estados etc. Segundo Carlos Malamud, crítico ao populismo, “no discurso populista, o povo é revestido de virtudes infinitas” (MALAMUD, 2010, p. 12) e ainda: “desde a perspectiva populista, existem democracias verdadeiras [...] que respaldam os líderes da causa [...] que ouvem diretamente a voz do povo...” (MALAMUD, 2010, pp. 14), que convivem com as chamadas democracias bastardas, onde o poder não é popular. No entanto, para justificar sua análise, Carlos Malamud se apoia em experiências como a de Silvio Berlusconi na Itália contemporânea, aparentemente desconsiderando a construção da identidade popular na América Latina – assimilada por nós pela definição de O’Donnell, que se dispõe em breve neste texto. Laclau, longe de querer encontrar mais um referencial do populismo, afirma que o populismo é uma lógica social na qual “é, muito simplesmente, um modo de construir o político” (LACLAU, 2013, p. 28).

Vale identificar também que alguns estudos, mesmo que considerem o desaparecimento deste fenômeno sobre o qual nos debruçamos como objeto de análise, promovem conclusões interessantes. Kenneth Minogue, em seu texto *Populism as a Political movement*, afirma que o fenômeno aqui estudado é encontrado “[...] entre aqueles que têm a consciência de pertencer à periferia pobre de um sistema industrial.” (MINOGUE, 1969, p. 209). Assim sendo, reforça-se a ideia de exclusão, neste caso, no sistema industrial. Basicamente, identifica-se aqui um

caráter terceiro mundista do conceito, na tentativa de talvez isolar, ou mesmo “blindar” o centro da sociedade internacional do debate. No entanto, dados os diversos estudos na América Latina sobre o caso, podemos transportar a exclusão para as sociedades desiguais características da região estruturada com *Estados Burocráticos Autoritários*³. Na região, especificamente, o populismo está ligado “[...] à ascensão de regimes de esquerda e se fundamenta na construção de uma ordem nacional e popular que rompa com os ditames do Consenso de Washington.” (LACLAU, 2013, p. 21).

Assimilou-se nestas sociedades latino-americanas, (por influências destas máquinas estatais descritas por O’Donnell) que tudo o que estivesse qualificado como populismo indicaria um controle do Estado sobre as massas populares, ou pior, o controle das classes dominantes sobre as massas populares por meio da instrumentalização do Estado. Esta visão foi difundida e aceita porque as lideranças populistas nunca eram oriundas da classe. Em 2002, no Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva vence as eleições presidenciais podendo por fim à esta categorização. No entanto, cabe ainda destacar que a ascensão dos trabalhadores, do poder laboral, por meio do líder, não necessariamente é feita *à priori*, pode, e na maioria das vezes é, feita *à posteriori*. Juan Domingo Perón, Eva Duarte Perón, Getúlio Vargas, Néstor Kirchner, são exemplos deste fenômeno.

Entender um fenômeno eminentemente popular, assumindo ainda as formulações de Peter Wills e de Lloyd Fallers⁴, exige, entre outras coisas, compreender a própria emergência do povo enquanto ator político. Na América Latina a formação das identidades coletivas se deu, em nível nacional, pelos

³ Conceito cunhado e disseminado por Guillermo O’Donnell, em seu livro *O Estado Burocrático Autoritário*, para conceituar um tipo de Estado autoritário cujas principais características são: 1 – ter a sua principal base social na grande burguesia, que inserida dentro da sociedade global garante e organiza sua dominação interna (nacional) subordinando-se às frações superiores da burguesia oligopólica e transnacionalizada; 2 – Possui instrumentos institucionais bastante organizados para coagir, da mesma forma como ‘normalizam’ a economia. Por reorganização e re-implantação da ordem lê-se a re-subordinação do setor popular; 3 – Prevê um sistema de exclusão política dos setores populares, prevendo a sua extinção do campo político; 4 – Supressão da cidadania e dos direitos por meio da exclusão; 5 – Promove uma exclusão econômica do setor popular; 6 – Tenta promover uma nova constituição da sociedade, inclusive territorial; 7 – Um desmantelamento da nação; 8 – Possui instituições que promovem a sistemática despolitização da sociedade; 9 – Representa inúmeras dificuldades de acesso ao Estado, suprimindo as vias democráticas de diálogo e reivindicações.

⁴ Ver: INCISA, Ludovico. *Verbete Populismo*. In: *Dicionário de Política*. 13ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília 2010. Pp. 981

setores previamente marginalizados, muito mais como povo/plebe que como cidadãos (O'DONNELL, 1982). Isso significa dizer que o reconhecimento do povo como ator político esteve voltado para os marginalizados, os mais pobres e explorados. Estes se colocaram ante o poder do Estado em busca de direitos sociais. Dizemos, portanto, que a identidade do povo na região está ligada muito mais aos pobres do que aos nacionais. Isso nos traz enormes diferenças quanto à outras regiões do mundo. A emergência de classe impulsionou os chamados projetos “nacionais-populares” onde segmentos da burguesia urbana, em contato com o povo, estabeleceram um “nós” para combater os setores mais atrasados das classes dominantes e segmentos do capital transnacional, e, liquidar o Estado oligárquico. Sobre isso Guillermo O'Donnell pontua:

O que sobressaiu foi a invocação do popular como fundamento da demanda de justiça substantiva que um Estado tutelar tinha que atender, assim como a autoafirmação nacional-popular frente à oligarquia e ao estrangeiro identificados com o sistema de dominação anterior. (O'DONNELL, 2009, p. 25).

Esta formulação de O'Donnell nos permite compreender aquela que talvez tenha sido a principal diferença entre os fenômenos populistas na América Latina e aqueles presentes em outras regiões do mundo. Uma vez então que, segundo já indicado, o populismo é um fenômeno eminentemente popular que busca delimitar um “nós” em contraposição a um eles “eles”. Ao tomarmos as indicações de O'Donnell sobre a construção do *povo* na América Latina, entendemos o porquê das experiências latino-americanas estarem ligadas sempre às camadas mais populares das sociedades. Desta maneira, passa a ser compreensível a sua assimilação com os regimes de esquerda não alinhados, considerando-se a proximidade do discurso da esquerda com o povo – da denominação latino-americana popular, dos excluídos e marginalizados. Assim sendo, cabe questionar se os inúmeros ataques ao *populismo* não são instrumentos de ataque ao povo e a sua maneira de organização em busca de maiores direitos sociais.

Diante das formulações expostas compreende-se a viabilidade da análise do populismo nos governos “*kirchneristas*”, de clara orientação à esquerda. Seguindo a linha esquerda-centro dos governos latino-americanos no início do século XXI, estes governos estiveram marcados por diversas formulações

populistas que, ora delimitaram o “eles” como as nações estrangeiras – particularmente os países do Centro da ordem global –, ora delimitaram o “eles” como as burguesias locais aliadas ao capital transnacional.

A ascensão de Néstor Kirchner, o início da “Década K” e a constituição da identidade política do Kirchnerismo

Para entender o processo que levou os governos do matrimônio Kirchner à discursarem e agirem de maneira à contraporem-se ao *establishment* é necessário compreender a circunstância na qual este processo eclodiu.

Durante as jornadas de 19 e 20 de dezembro de 2001, as mobilizações populares que ocuparam as ruas de Buenos Aires derrubaram o governo de Fernando De La Rúa (União Cívica Radical). Em 26 de junho de 2002, o “Massacre da Ponte de Pueyrredón” evidenciou o ambiente de ruptura total com o sistema, e proporcionou, conforme pensadores como Alain Badiou, um espaço de criação política (VOMMARO, 2012). Ainda sobre o cenário de violência que tomou conta das machetes da época, podemos pensar no “Iceberg da Violência” de Johan Galtung, onde a parte visível da violência foi principalmente representada pelas mortes decorrentes da repressão policial às manifestações (violência direta), e as partes submersas e que portanto sustentaram a violência direta foram a situação de caos econômico da época, a grande desigualdade e os elevados índices de pobreza (violência estrutural e violência cultural). Nestes momentos de ruptura e de violência sempre valem as palavras de Durkheim ao dizer que: “*O crime é um fato social*”.

12

Representação do Iceber da Violência de Johan Galtung



Fonte: Revista Paz y Conflictos - Universidade de Granada

Mais atrás, podemos compreender o processo de perda de legitimidade e confiança da democracia, das instituições, dos partidos e dos políticos na Argentina, ao analisarmos os efeitos da década de 80 e da década neoliberal. Segundo Pablo Vommaro, aquilo que se tinha como certo no período pós-redemocratização, a “[...] idéia de que a democracia colocaria a política em seu lugar mostrou rapidamente suas limitações” (VOMMARO, 2011, pp. 109) pois gestou-se nesse período aquilo que Marcos Novaro se referiu como:

abismo crescente entre as opiniões e interesses das pessoas e das instituições políticas, a baixa consideração que se tinha para com os políticos e para com a política, e em especial com os procedimentos partidários para selecionar os candidatos e tomar decisões, e a certa sensação generalizada de que as expectativas depositadas nos representantes haviam sido e voltariam a ser defraudadas.
(NOVARO, 1994, p. 84)

Este processo de perda da confiança nas instituições e na democracia está intimamente ligado aos processos de hiperinflação e as sucessivas crises econômicas que culminaram nos saques e explosões sociais ocorridas nos meses finais da administração de Raúl Alfonsín. Este descrédito da sociedade com o sistema político não foi identificado apenas na Argentina, e nem tão pouco se solucionou na década de 1990. Isidoro Cheresky discorreu sobre isso dizendo que, no caso argentino: “O desempenho deficiente dos líderes políticos especialmente nos anos 90 acentuou a potencial crise de representação.” (CHERESKY, 2003, p.88). Se considerarmos a tese de O’Donnell – mais abrangente, que discorre sobre as democracias de baixa institucionalidade – este processo de baixa representatividade corresponde à reação popular às chamadas “Democracias Delegativas” ou “*Delegative Democracies*”, caracterizadas por serem: jovens democracias, não representativas, não consolidadas, que em alguns casos não apresentam perspectivas de avanço rumo às democracias representativas e nem de retrocesso ao autoritarismo, e, sofrem influências das crises econômicas herdadas dos passados regimes autoritários. (O’DONNELL, 1994). Estas democracias, não necessariamente se opõem às democracias representativas, mas possuem poucos ou nenhum instrumento de *accountability* pois os governantes eleitos nessas democracias são vistos de maneira paternalista, dispostos à cuidar de toda a nação, evitando os conflitos partidários e colocando-se acima dos partidos políticos e das instituições. Assim sendo este tipo de democracia tende

a ser extremamente individualista, porém mais Hobbesiana que Lockeana uma vez que os eleitores são levados à escolher, à despeito de suas identidades e afiliações, o candidato que melhor se encaixa na responsabilidade de conduzir o destino do país.

Recordando a visão de Ernesto Laclau, identifica-se neste tipo de democracia – intimamente ligadas à década neoliberal – aquilo que justamente nega a política enquanto política, a responsabilidade de conduzir o país, a comunidade, a Nação, é transferida ao presidente e ao conjunto de técnicos e administradores, negando-se desta maneira a participação popular. Sobre isso O'Donnell discorre:

Por esta visão, parece óbvio que apenas a cúpula realmente sabe: o presidente e seus mais confiáveis conselheiros são o alpha e o ômega da política. Além disso, alguns problemas da Nação só podem ser resolvidos pelo alto critério técnico. Técnicos, especialmente em economia política, precisam ser politicamente blindados pelo presidente contra as múltiplas resistências da sociedade. (O'DONNELL, 1994, p. 60)

Nos anos 90, a autoridade presidencial sustentou a “modernização conservadora” de forma personalista, forçando uma mudança política no peronismo ao organizar uma aliança entre o tradicional eleitorado peronista e o mundo dos negócios, neutralizando assim a oposição popular – ou representação popular propriamente dita. Prometendo uma “limpeza institucional” e um “reformismo social”, o radicalismo perdeu seu apoio na opinião pública ao demonstrar sua incapacidade governamental, evidenciando a forçada aliança antes criada.

Após as revoltas populares de 2001 e 2002 ficou claro na sociedade argentina a divisão entre aqueles que tinham mais fome que comida e aqueles que tinham mais comida que fome. Sobre os ocorridos nesta época Cheresky escreve:

O desastre de 2001, por sua parte, gerou não apenas um descontentamento dos cidadãos como também uma ampla rejeição às experiências precedentes e aos dirigentes políticos, o que proporcionou um terreno propício para a inovação. (CHERESKY, 2003, pp. 87)

A separação entre classes estava eminentemente feita, bastava ser absorvida pelo corpo político, nas consignas populares “*Piquete y cacerola, la lucha*

es una sola” e “*Que se vayan todos, que no quede ni un solo*” - gritadas pelas ruas das principais cidades do país e especialmente na Capital Federal, Buenos Aires – claramente populistas dividindo o povo dos outros como escreveu Francisco Panizza ao dizer: “A divisão entre o povo e os ‘outros’ define a natureza política do populismo” (PANNIZA, 2005, p. 28)

A morte de dois trabalhadores desempregados, Dario Santillán e Maximiliano Kosteki, no “Massacre da Ponte Pueyrredón” marcou um ponto de inflexão no conflito social – por um lado parte das organizações se retiraram das ruas e por outro o parlamento se viu obrigado a adiar as eleições. Em 14 de maio de 2003, Carlos Menem – que concorria no segundo turno contra Kirchner – renunciou a sua candidatura numa tentativa de enfraquecer Kirchner e evitar uma derrota esmagadora. A ação de Menem levou Kirchner a ser eleito com apenas 22% dos votos, a menor votação da história argentina. Desta maneira Kirchner ascende à Presidência de forma legal, porém carecendo de legitimidade popular.

Ecossistemas destes intensos processos de mobilização popular de 2001-2002 ainda persistem e delimitam a política argentina (VOMMARO, 2012) pois a restauração da confiança no Estado e no sistema político foi difícil, tomando anos para recompor o sistema político e gerar condições que possibilitassem um crescimento econômico que pudesse atenuar a pobreza e melhorar a condição de vida da maior parte da sociedade. É válido destacar que, após os oito primeiros anos da década K, o público foi colocado no centro do debate político, por um lado com a ascensão de forças políticas não estatais, e por outro com o Estado retomando seu espaço social de promoção de políticas públicas.

Néstor Kirchner, de acordo com Ana Soledad Montero e Lucía Vincent, desenvolveu durante seu mandato uma identidade política própria – pautada no peronismo, de matriz populista, chamada hoje de *kirchnerismo* – que na atualidade vê sua continuação na figura de Cristina Fernández de Kirchner. A construção de uma identidade política é feita, segundo Gerardo Aboy Carlés, a partir da convergência de três elementos: uma série de alianças e articulações próprias; um conjunto de fronteiras e limites que delimitam a sua particularidade frente ao outro ou aos outros; e, estar instaurada em uma tradição política – ou seja, derivar de alguma tradição política.

Aquele que quiçá parece ser o elemento de maior dificuldade de compreensão é o que se refere às fronteiras e limites que delimitam a particularidade. Para compreender este elemento é justo, neste caso, formular sobre o populismo. Conforme já indicou-se, o presente texto adota a compreensão de populismo que considera este como uma forma política por excelência, constituída pela dicotomização do espaço social e da construção de um povo – ou de um entendimento de povo. Ao compreendermos que a matriz populista do peronismo, e do kirchnerismo consiste em criar, sustentar ou desenvolver fronteiras sócio-espaciais e sócio-temporais; identificamos a ruptura proposta com a criação de uma nova identidade política comprometida com a construção de um futuro que se contraste completamente com o passado repudiado.

No kirchnerismo, como em toda manifestação populista, existe:

uma tentativa de redenção de uma parte espoliada e subalterna que é considerada como o verdadeiro país. É a irrupção de um setor e seu advento à representação política em nome da reparação de um dano que marca uma fronteira espacial e temporal com a realidade existente. (ABOY CARLÉS, 2012, p. 96)

A irrupção temporal proposta por Kirchner se coloca contra a classe política dos anos 1990 e, demonstra sua tradição política, ao reivindicar um peronismo dos anos 1970 quando em seu discurso de posse Néstor diz: “Sou parte de uma geração dizimada, castigada com dolorosas ausências...” (KIRCHNER, 2003), fazendo clara alusão ao período militar.

Já a maneira com a qual Kirchner executa esta ruptura com os líderes da década neoliberal é, basicamente, apresentando-se como um *outsider* da classe política tradicional e até mesmo do peronismo. O presidente eleito em 14 de maio de 2003, após a desistência de Carlos Menem, confrontou os principais grupos de poder e conquistou a opinião pública logo nos primeiros meses de mandato. Os primeiros alvos do recém eleito foram: 1 - as cúpulas militares (através de uma reformulação nas direções); 2 – membros da suprema corte (por meio de um decreto que mudava a forma de escolha dos ministros dando mais transparência ao processo e limitando o poder presidencial). Com essas iniciativas o governo de Néstor Kirchner demonstrava comprometimento em lutar contra o poder corporativo e a “casta política” que o antecedeu, tocando em privilégios antigos e simbólicos.

A rápida consolidação do apoio público continuou com o anúncio do plano para a construção de vinte mil casas, o plano alimentar, o aumento do salário mínimo e da aposentadoria, e com o desbloqueio à possibilidade de se investigar judicialmente a repressão estatal do período militar. Ao término do terceiro mês de governo, Néstor transmite com êxito um horizonte de mudança com possibilidade de modificar as bases institucionais e os costumes políticos. O discurso da Casa Rosada, em linhas gerais, manteve-se nesta linha de enfrentamento durante os anos subsequentes, sobre isso Ana Soledad Montero e Lucía Vincent concluem:

Quanto as fronteiras, desde os primeiros dias no governo Kirchner identificou com clareza uma série de adversários os quais questionou publicamente em reiteradas ocasiões, com momentos de maior ou menos intensidade. A maioria dos adversários estavam associados, desde a ótica presidencial, às políticas neoliberais da década de 90, à ditadura militar e, de forma mais genérica, ao ‘establishment’. Assim, os discursos presidenciais polemizaram fundamentalmente com certos atores sociais: os militares, a Igreja, os meios de comunicação opositores, certos grupos econômicos, o FMI. (MONTERO; VINCENT, 2013, p. 154)

17

O discurso “nacionalista, produtivista, anticorrupção, antifrivolidade e antiimperialista” (CHERESKY, 2004) sustentou, desde os princípios de sua administração, um modelo de gestão centralizado na figura de Néstor, marcada pela autonomia e força presidencial. Alguns acadêmicos, como Isidoro Cheresky e Maria Matilde Ollier, sugerem que Néstor Kirchner:

...forjou uma liderança ‘personalista’, ‘forte’ e ‘hiperativa’, cujos principais ‘recursos de imagem’ se codificavam (na imagem) de ser um líder ‘igual aos cidadãos’, despreendido das estruturas partidárias tradicionais, com uma importante presença física nos espaços públicos e um certo ‘ar de improvisação’, e sobre tudo, um estilo confrontador, polêmico, ‘dramatizador’.(MONTERO; VINCENT, 2013, p. 131)

O êxito do discurso, e principalmente das políticas dos três primeiros meses de mandato, é necessário que se diga, estão ligados ao fato de terem surpreendido a opinião pública, uma vez que tratava-se de um governo eleito em meio a uma campanha eleitoral conturbada e com pouca adesão cidadã. As políticas anunciadas naquele momento, as atitudes do presidente Kirchner, não eram parte das promessas de campanha – estas por sua vez tiveram caráter

mais genérico –, eram as maneiras encontradas pela administração de alcançar popularidade e conquistar a legitimidade que lhe faltou nas urnas. Sobre isso Cheresky escreve:

A excepcional legitimidade adquirida pelo governo e demonstrada nos altos índices de aprovação e popularidade (na ordem dos 70-80% nos primeiros meses de governo), não parece derivar do cumprimento de promessas eleitorais senão da execução de políticas inesperadas embora rapidamente populares. (CHERESKY, 2003, p. 86)

Passados os primeiros meses frente a Casa Rosada, contanto já com a legitimidade popular e o apoio da opinião pública, a administração do ex-governador de Santa Cruz começou a dar os primeiros passos para aquilo que veio a ser sua identidade própria, o *kirchnerismo*. Para transformar o apoio popular recebido em apoio partidário Néstor Kirchner costurou apoios próprios e impulsionou mudanças dentro do Partido Justicialista (PJ), visando sua inclinação para os setores mais progressistas ligados a geração dos anos 70. Esta movimentação tinha como objetivo fortalecer o então presidente ante seu mentor e padrinho político, Eduardo Duhalde, que representava um peronismo mais ortodoxo.

A ideia de Néstor então, era fundar uma nova identidade política que pudesse explicar melhor a realidade argentina. A então Senadora Cristina Fernández de Kirchner em 2004 se encarregou de anunciar pela primeira vez a nova identidade política que estava sendo gestada. No dia 11 de março de 2004 na celebração do dia da militância (alusão às eleições realizadas em 1973 que elegeu Héctor J. Cámpora) Cristina disse: “Apenas o peronismo não é suficiente para explicar a realidade do país [...] viemos iniciar um caminho [...] fundar um novo pensamento nacional e latinoamericano” (FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, *La Nación*, 12/03/2004). As discussões que se seguiram nos meses seguintes dentro do Partido Justicialista tiveram caráter ideológico, opondo o kirchnerismo – associado as políticas de direitos humanos, a revisão dos crimes da ditadura, a geração dos anos 70 – ao duhaldismo.

Já no dia 24 de março Néstor Kirchner realiza um dos atos mais simbólicos de todo seu mandato – lembrado até hoje como um momento de ruptura e caracterizado como o início próprio do seu movimento – ao ordenar que fossem retirados os retratos de Jorge Rafael Videla y Reynaldo Bignone do Pátio de

Honra do Colégio Militar. Na mesma ocasião Kirchner formalizou a criação do Museu da Memória na Escola de Mecânica das Forças Armadas, principal centro de detenção da época da ditadura. Novamente sua administração se opunha aos militares e clamava pela revisão histórica do período militar. As atitudes do novo governo em relação a revisão dos crimes da ditadura associou a administração à promoção dos direitos humanos ao propor um revisionismo histórico. Como é tradicional do discurso populista, Kirchner construía um muro que delimitava claramente dois grupos: os amigos e os inimigos.

Durante o ano de 2004 o então Presidente organizou, junto de seu “grupo de amigos” investidas duras ao seu principal adversário dentro do próprio PJ, Eduardo Duhalde. Seguindo a lógica de enfrentamento que mostrou resultados rápidos com a opinião pública, Néstor conspirava para evitar a candidatura de Duhalde nas eleições internas do PJ em 2005, ou simplesmente garantir que “seu grupo” saísse vencedor. A circunstância de governo e uma suposta trégua pactuada com Eduardo Duhalde abaixou a temperatura do embate. Em outubro de 2004, Duhalde manifestou aquilo que posteriormente nos serve como resumo das atitudes de Néstor: “sobra nele (Kirchner) a coragem e a dignidade para se opor às corporações”.

A caminhada de Kirchner para a concretização de sua identidade política continuou, com o sucesso da renegociação da dívida pública argentina e o conseqüente anúncio da saída do *default*. Kirchner abasteceu suas energias eleitorais. Na tradicional abertura de sessões do Honrável Congresso da Nação Argentina, no ano de 2005, Kirchner demonstrou mais uma vez sua ruptura com a classe política que o antecedeu ao dizer que: “...Pela primeira vez se poderá dizer que não se pagará dívida às custas da fome e da sede do povo argentino.” (KIRCHNER, 2005). Com as eleições legislativas de 2005, que marcaram uma vitória à ala de Kirchner e ao “peronismo impuro e heterodoxo”, o ex-governador de Santa Cruz pôde apresentar-se como líder indiscutível dentro do peronismo – consolidando assim sua identidade política. Vale destacar que segundo Gerardo Aboy Carlés:

Os populismos enfrentam um dilema que atravessa todas as identidades políticas emergentes com pretensões hegemônicas. Este dilema pode ser sintetizado na contraposição existente entre manter-se fiel à ruptura da fundação (da nova identidade), isso é, diante da promessa de sua irrupção como força redentora de um

setor excluído e postergado que combate sem tréguas as forças da antiga ordem, ou, pelo contrário, tentar ampliar sua representação comunitária. Como compreende-se, se trata de um jogo de soma zero: a fidelidade para com a promessa da fundação tende à isolar parcialmente a força emergente, enquanto que a tentativa de ampliar suas bases de sustentação requerem certo grau de negociação de sua promessa inicial. (ABOY CARLÉS, 2012, p. 94)

Kirchner se utilizou, em matéria de política externa, de um alto grau de anti-imperialismo ao colocar seu governo na linha de frente das negociações para a ALCA. Analistas consideram que junto do governo brasileiro, a chancelaria da Casa Rosada foi a principal responsável pelo afundamento da proposta da ALCA. Néstor retomava corriqueiramente a ideia da re-fundação da pátria que expôs em seu discurso de posse em 2003 ao propor a superação do passado ligado à subserviência aos Estados Unidos. Sua proposta era a de romper com tradições evidentemente favoráveis aos interesses estadunidense, que levaram – segundo a ótica presidencial – a Argentina ao colapso econômico. O Presidente argentino negou o chamado “alinhamento automático” e propôs que qualquer que fosse a integração econômica desejada pelos norte-americanos, deveria ser favorável à todos os países da região, sem privilégios, sem assimetrias, sem protecionismos ou subsídios. Estas movimentações anti-hegemônicas lembraram José Martí, que já em 1891 escreveu: “O perigo maior da nossa América é o desdém do vizinho formidável, que não conhece; e urge, porque o dia da visita está próximo, que o vizinho conheça, e conheça logo, para que não desdenhe.” (MARTÍ, 1891, p. 32)

Kirchner, assim como Lula, colocou fim às práticas que levaram Celso Lafer à tirar seus sapatos no aeroporto Ronald Reagen de Washington, e Carlos Menem à pedir que “Deus abençoasse os Estados Unidos” (MENEM, 1991) durante sua visita oficial à Washington em 1991. A administração Kirchner anunciou ainda, em dezembro de 2005, o cancelamento da dívida com o FMI.

Já em 2006, o ato que levou mais de 300 mil pessoas à Plaza de Mayo pela comemoração dos 33 anos da eleição de Héctor J. Cámpora, e do 3º ano de administração Kirchner, é compreendido como uma forte manifestação de poder onde:

O chefe de Estado tentava começar a construir uma nova identidade peronista, que tem muito mais pontos em comum com a tradição dos anos 70 que com a cultura menemista. Assim sendo, o kirchnerismo se apropria do peronismo, lhe dando um novo

significado e se projetando para a próxima campanha eleitoral.
(MONTERO; VINCENT, 2013, p. 145)

Consolidada sua força, Néstor caminhava para as eleições de 2007 apontando para novos inimigos, aqueles que propriamente se dispunham a disputar seu lugar na residência Oficial de Olivos. As rugas com a Igreja Católica apareceram enfaticamente em outubro de 2006, quando o porta-voz do então Arcebispo Metropolitano de Buenos Aires (Jorge Mario Bergoglio), disse que: “um presidente que fomenta certas divisões acaba sendo perigoso à todos” (MARCÓ, 2006). O presidente não se absteve do embate e colocou no centro da discussão a ascensão das camadas populares que seu governo promovia, retomando assim a ideia de populismo associado ao povo enquanto plebe através do antidescritivismo laciano – onde a designação já não se subordina à descrição, ou seja, quando a identidade daquilo que é designado está assegurada com total independência do processo de nomeação – que Slavoj Žižek advoga. (LACLAU, 2013). Três dias depois da infeliz declaração de Guillermo Marcó, o presidente Kirchner responde:

...alguns, como o secretário do Sr. Arcebispo da cidade de Buenos Aires, dizem que eu sou um Presidente da discórdia. Ora, porque eu um Presidente da discórdia? Porque luto pela justiça, pela equidade, para que não haja impunidade, pelos pobres, pelo emprego, pela pátria? Se isso é ser um Presidente da discórdia, então eu sou um Presidente da discórdia. [...] Nosso Senhor é de todos, mas tenham cuidado porque o diabo também chega à todos, aos que usam calças e aos que usam batina, porque o diabo penetra de todos os lados.(KIRCHNER, 2006)

Por fim, em julho de 2007, Cristina Fernández de Kirchner é lançada candidata à presidência com o objetivo de manter o “novo” no poder e impedir o retorno do “velho” que reivindicava um modelo de crescimento com inclusão social e que se propunha à aprofundar as instituições da democracia argentina. Ao final da corrida eleitoral a senadora Cristina Kirchner é eleita com cerca de 45% dos votos, conquistando também a maioria das duas casas legislativas. A vitória de Cristina representou a consolidação final do kirchnerismo enquanto identidade política própria ao mostrar-se capaz de eleger uma sucessora – a primeira mulher a ocupar o cargo de Presidenta da República Argentina.

As fronteiras sócio-espaciais e sócio-temporais nos discursos de posse de Néstor Kirchner e Cristina Fernández de Kirchner

Conforme já discutiu-se, a natureza do discurso populista reside na capacidade deste de delimitar ou apontar para as fronteiras temporais e espaciais do cenário político. Diante desta constatação advogada por Gerardo Aboy Carlés, Ernesto Laclau, entre outros; sugere-se a análise dos discursos de posse de Néstor Carlos Kirchner e Cristina Fernández de Kirchner, realizados em 25 de maio de 2003 e 10 de dezembro de 2007 respectivamente, à fim de identificar estas fronteiras.

Em linhas gerais o discurso de posse de Néstor se difere do de Cristina pelo momento histórico diferente, pelas perspectivas de futuro e pelas incertezas. Enquanto Néstor propunha um sonho de refundação da Pátria baseado na oportunidade de construir um “novo”, Cristina já pôde apresentar dados, números e realizações do governo de seu marido, propondo-se à aprofundar as instituições do Estado argentino e proteger o modelo de crescimento com inclusão social. Ambos os discursos, de maneira mais ou menos intensa, delimitam a fronteira temporal à ser superada como sendo principalmente a década neoliberal (década de 1990) e também o período de ditadura militar. Com relação às fronteiras espaciais pode-se pensar que no campo político Cristina já usufruía de maior clareza quanto a nova identidade política. Conforme vimos, o governo de Néstor Kirchner demorou cerca de três anos para descolar-se do chamado “peronismo ortodoxo” e transformar o “peronismo heterodoxo” defendido pelo mandatário, em “kirchnerismo”. Ambos recorreram usualmente ao anti-imperialismo e à unidade nacional, para equilibrar a tensão entre a ruptura social e a integração, evidenciada na identidade do projeto “nacional popular”.

O discurso de 2003 carrega maior carga de abstração, com maiores vazios discursivos, pautando-se basicamente na ideia de negar-se à voltar ao passado. Kirchner menciona de início a opção do povo pela mudança, e sobre isso responde convocando os argentinos para a criação de um futuro.

Por isso convocamos a inventar o futuro. Viemos do sul do mundo e queremos fixar, junto de todos os argentinos, prioridades nacionais e construir políticas de Estado de longo prazo, para, desta maneira, criar um futuro e gerar tranquilidade. Sabemos aonde vamos e sabemos para onde não queremos voltar. (KIRCHNER, 2003)

Diante daquilo que o mandatário argentino chama de “fracasso do comando político” que o antecedeu, surgem as críticas ao modelo tecnicista de se fazer política que Guillermo O’Donnell se referiu. Kirchner propõe uma maior valorização da política enquanto política, conforme Laclau descreveu como a política *tout court*, ao dizer:

o que se trata é de mudar os paradigmas desde os quais se analisam o êxito ou o fracasso da direção política [...] Tentou-se reduzir a política à simples obtenção de resultados eleitorais; o governo, à mera administração das decisões dos núcleos de poder econômico com amplo eco midiático, ao ponto de que algumas forças políticas em 1999 propuseram mudanças por meio de uma gestão mais pura mas sempre em sintonia com aqueles mesmos interesses. (KIRCHNER, 2003)

Tanto Néstor como Cristina propõem uma aproximação da classe política com o mundo real, a fim também de delimitar uma diferença de espaço entre eles e seus antecessores. Néstor é apresentado durante as peças publicitárias da campanha eleitoral como um homem comum, parte do povo, que portanto pode expressar as demandas particulares do povo argentino. Seu discurso menciona o cotidiano, valoriza o trabalho comum e utiliza-se do vocabulário popular para aproximar-se dos trabalhadores. Esta estratégia discursiva faz parte da proposta apresentada que reivindica a participação popular e cidadã na reconstrução do Estado argentino. Kirchner diz:

Nesta nova lógica, que não é apenas funcional como também conceitual, a gestão se constrói dia a dia, com o trabalho diário, através da ação cotidiana, que nos permitirá irmos mensurando os níveis de avanço. Um governo não deve distinguir-se de seus funcionários por meio de discursos, deve senão distinguir-se pela ação de sua equipe. [...] É preciso reconciliar a política, as instituições e o governo, com a sociedade. [...] Nenhum dirigente, nenhum governante, por mais capaz que seja pode mudar as coisas se não há uma cidadania disposta à participar ativamente desta mudança. (KIRCHNER, 2003)

Já quatro anos mais tarde, Cristina Fernández reitera esta aproximação amparada nas conquistas do governo de seu marido.

Curiosamente foi desde a política onde pela primeira vez na República Argentina se começou a governar sem déficit fiscal. Foi desde a política onde pela primeira vez se começou um processo de desendividamento do país. Foi através da política que decidimos

cancelar nossas dívidas com o Fundo Monetário Internacional, precisamente para ter nosso modelo de crescimento com razoável autonomia em um mundo globalizado. Foi precisamente então a partir da política e desde a Casa Rosada que pudemos evidenciar que nós, argentinos, podíamos porque começávamos à acreditar em nós mesmos. [...] Não é coincidência, não somos filhos de pessoas muito ricas, somos filhos de trabalhadores e ele (Néstor) é Presidente, e eu sou Presidenta, somos isso, produto de uma educação pública. (FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, 2007)

O “matrimônio K” colocou-se como já explicitado ante aquilo que podemos chamar de “casta política”, propondo em linhas gerais a expansão de direitos e o aprofundamento das instituições com o objetivo de corrigir desequilíbrios causados pelo poder econômico e pelos privilégios de classe. Néstor Kirchner, conforme retomou em 2006 em sua resposta à Igreja Católica, colocou-se desde o dia de sua posse ao lado do povo/plebe, em contraposição ao mercado financeiro especulativo, ao propor, entre outras coisas, “segurança jurídica à todos, não apenas aos que têm poder ou dinheiro.” e ao dizer:

Queremos recuperar os valores de solidariedade e justiça social que nos permitam mudar nossa realidade atual para avançar para a construção de uma sociedade mais equilibrada, mais madura e mais justa.

Sabemos que o mercado organiza economicamente mas não articula socialmente, devemos fazer com que o Estado ponha igualdade onde o mercado exclui e abandona.

É o estado quem deve atuar como o grande reparador das desigualdades sociais em um trabalho permanente de inclusão e criação de oportunidades a partir do fortalecimento da possibilidade de acesso à educação, à saúde e à habitação, promovendo o progresso social baseado no esforço e no trabalho de cada um. (KIRCHNER, 2003)

Com uma visão política que para a época se mostrava ousada, Néstor Kirchner encabeçava um movimento que olhava para os problemas do Estado e as malezas da sociedade argentina como o resultado de uma equação, e não como um fator da equação. Quem sabe a grande inovação de Kirchner, de maneira simplificada “é óbvio”, foi inverter os questionamentos que estavam em pauta na Argentina de 2001-2002 – colapsada após longos anos de neoliberalismo. A política econômica foi sintetizada por Kirchner no seguinte trecho:

O objetivo básico da política econômica será o de assegurar um crescimento estável, que permita uma constante expansão da atividade econômica e do emprego, sem as fortes e bruscas oscilações dos últimos anos.

O resultado deve ser a duplicação das riquezas a cada quinze anos, e uma distribuição que assegure uma melhor distribuição das receitas e, especialmente, que fortaleça a nossa classe média e que tire da pobreza extrema todos os compatriotas. (KIRCHNER, 2003)

Como o próprio Presidente afirmou, seu governo não estava inventando nada novo, “...os Estados Unidos na década de 30 superaram sua crise econômica-financeira mais profunda desta maneira.” (KIRCHNER, 2003), estava apenas sugerindo um modelo pautado no crescimento do mercado interno que não fosse o modelo de ajuste fiscal permanente – que Cristina Kirchner fez questão de lembrar em dezembro de 2007: “Recordo de madrugadas, fins de semanas inteiros aqui sancionando o ajuste permanente; ‘peçamos ao Fundo (FMI) senão acaba tudo’ era a frase que mais escutávamos naqueles dias.” (FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, 2007)

O entendimento do ex-governador da província de Santa Cruz e de sua esposa, sobre o papel do Estado está intimamente relacionado com a pirâmide da violência indicada neste mesmo artigo (Pp. 13). Quando Néstor se dispõe à descobrir a parte submersa/invisível da pirâmide da violência, mostra-se necessário disputar a hegemonia das ideias na sociedade, especialmente as que se referiam ao papel do Estado. A desigualdade, a pobreza, e a falta de oportunidades para a juventude, passaram a ser vistas como elementos geradores de insegurança e violência. Trata-se, portanto, de uma inversão de pressupostos para a análise dos problemas sócio-econômicos. Essa inversão é essencial para se conceber a retórica populista, pois coloca o povo no centro do debate político, pressionando o Estado pela garantia de direitos e pelo aprofundamento dos mesmos, como forma de manutenção do próprio Estado. A “justiça social” é desta forma a redenção dos excluídos e a alternativa necessária para se evitar a luta de classes (ABOY CARLÉS, 2012). Os gastos do Estado passam a ser entendidos como investimento público durante os governos Kirchner, e a prioridade é dada ao povo ante o mercado ou os fundos internacionais.

Temos que voltar a planejar e executar obras públicas na Argentina, para desmentir o discurso único do neoliberalismo que

estigmatizou-as como sendo gasto público improdutivo. [...] Não se pode voltar à pagar dívida as custas da fome e da exclusão dos argentinos gerando mais pobreza e aumentando o conflito social. (KIRCHNER, 2003)

Já em matéria de política externa, Néstor demonstrou sua opção pelo fortalecimento da integração latino-americana (caminhando para se desvencilhar daquilo que Samuel Pinheiro Guimarães chama de ‘importação de ideologias’⁵) quando, mesmo antes de assumir o cargo de presidente – após o primeiro turno das eleições – visitou Lula para manifestar suas posições de não alinhamento automático e de defesa da multilateralismo. Cristina, quatro anos mais tarde, reiterou a opção do *kirchnerismo* pelo multilateralismo. A fronteira delimitada neste caso era a do combate ao imperialismo, ou neo-imperialismo, associado às posições de subserviência ao centro do sistema internacional que a Argentina havia se inserido durante as décadas de 80 e 90.

Partidários, na política mundial, da multilateralidade, não se deve esperar de nós alinhamentos automáticos senão relações sérias, maduras e racionais que respeitem a dignidade dos países. Nossa prioridade na política externa será a construção de uma América Latina politicamente estável, próspera e unida com base nos ideais da democracia e da justiça social. (KIRCHNER, 2003)

26

A proposta final, de ambos os discursos estudados, foi transmitir esperança e apagar um passado doloroso para a geração dos anos 70. A memória do período militar é retratada nos dois momentos como uma página da história argentina que não deve ser esquecida. Enquanto Néstor propôs, vagamente, a ideia do sonho – com a famosa frase que se repetiu durante o final de seu discurso: “Venho à propor-lhes um sonho” - Cristina reivindica as figuras nacionais de Belgrano, Eva Perón, San Martín, das Mães de Maio, e das mulheres, mães e avós da Pátria, para seguir construindo o “sonho” proposto por Néstor.

⁵ Em seu livro *Quinhentos anos de periferia*, Samuel Pinheiro Guimarães, defende a ideia de que as sociedades de Brasil e Argentina sempre importaram ideologias ocidentais.

Considerações Finais

Diante dos discursos analisados, percebeu-se forte caráter populista na forma de se fazer política de Néstor Kirchner e Cristina Fernández de Kirchner. O desenvolvimento do *kirchnerismo* enquanto identidade política esteve associado aos êxitos políticos que Néstor alcançou nos primeiros anos de seu mandato. A transformação do peronismo heterodoxo defendido por Néstor, em sua identidade política própria fez-se em um cenário de ruptura, comum ao populismo. Kirchner logrou, portanto, legitimar-se rapidamente diante da baixa confiança nas instituições presente na sociedade argentina do início do século XXI.

As formulações de Ernesto Laclau se mostraram cruciais para se atingir um entendimento do fenômeno populista que fugisse do caráter depreciativo que marginalizou seu estudo nas Ciências Sociais durante o século XX. Mostrou-se também essencial e quiçá prioritário, o entendimento sobre a formação do povo na América Latina para que se desenvolvessem as ideias propostas. Este aspecto em especial, uma vez compreendido, esclarece a luta de classes presente não apenas nas sociedades latinoamericanas como no debate acadêmico.

Algumas perguntas, após tamanha reflexão, mostram-se necessárias aos cientistas sociais que reclamam o mínimo de respeito. Os governos Kirchner estiveram voltados para quem? As políticas do *kirchnerismo* apontavam para qual ator político? Estamos longe de compreender a ciência ou mesmo o Estado com neutralidade, e desta maneira entendemos que, ao menos minimamente, um governo – como qualquer outro – faz concessões e advoga em favor de alguma classe, base social, instituição; pois se dispõe à comandar uma parte da sociedade capitalista apenas – o Estado. (O'DONNELL, 1982). Diante desta questão é notável que o povo enquanto plebe foi colocado no centro das discussões políticas na Argentina; ou ao menos foi retirado da marginalidade anterior que o excluía sob pretextos técnicos-administrativos. Parece verídico então, que conforme Laclau sugere, a política enquanto política foi reativada através da consolidação do *kirchnerismo*.

As políticas do *kirchnerismo* estiveram voltadas aos mais pobres, não apenas no discurso como também na prática. As políticas econômicas de crescimento do mercado interno com inclusão social mostraram resultados durante os anos e colocaram Cristina Fernández à frente da Casa Rosada. Parece

razoável portanto questionar, no mínimo, as formulações que ditam para a falta de razão no populismo. Mais uma vez é necessário perguntar, razão para quem? Razão de quem?

No entanto, não cabe aqui compreender o populismo enquanto modo de se fazer política que caminha para a ruptura total do sistema. Conforme viu-se por Gerardo Aboy Carlés esta maneira de se fazer política caminha na linha tênue da ruptura e da integração social, mostrando-se extremamente capaz de resolver rápidas situações de transformação social e política. Especificamente na América Latina este modelo de se fazer política desenvolveu e sustentou instrumentos de unidade política que evitaram possíveis derramamentos de sangue.

A circunstância social que permitiu a ascensão o *kirchnerismo* urgia pela delimitação de fronteiras claras entre modelos anteriores e o futuro. O caos social da Argentina do início do século XXI auxiliou no processo de ruptura, fomentando a necessidade de se criar uma alternativa diante da circunstância de colapso que permitiu que cinco presidentes passassem pela Casa Rosada apenas no mês de dezembro de 2001.

Disposto à corrigir desigualdades oriundas das décadas de 80 e 90, herdeiras das crises do período militar, Néstor Kirchner rompeu com práticas políticas anteriores e passou 4 anos à frente do Executivo delimitando alvos claros, inimigos à serem enfrentados. De forma geral entraram para este seletivo grupo aqueles que perdiam privilégios e poder, e que portanto incomodavam-se com a ascensão popular. Kirchner reformou até mesmo seu próprio partido, com o objetivo de evitar a volta do peronismo ortodoxo responsável por promover a modernização econômica da Argentina na década de 1990 ao custo das perdas sociais. Kirchner reclamou um peronismo dos anos setenta, marcado pelas perdas, desilusões e frustrações, orquestradas pelos militares. Com uma atitude firme, inusitada e até mesmo “improvisada”, Néstor se aproximava do povo e distanciava-se da “casta” política dos outros tempos.

Os êxitos econômicos e sociais de Néstor marcaram o início da história política argentina do século XXI e demonstraram aquilo que talvez seja o modelo de ser fazer política, num mundo globalizado, capaz de romper com o Estado capitalista – ou ao menos alterá-lo – diante da negação da estrutura de poder oligárquica e da ascensão das classes mais desfavorecidas.

Sem dúvidas, a experiência argentina mostrou-se capaz de reequilibrar forças, evitando o colapso do Estado e demonstrando, através das denúncias e das fronteiras colocadas, a rigidez do sistema hegemônico na sua preservação de poder e na preservação de sua estrutura centro-periférica. O populismo de Kirchner foi capaz, após 4 anos, de re-inserir os marginalizados da sociedade argentina assim como colocar a Argentina em um modelo de negociações e tratativas multilaterais que evitava o alinhamento automático.

Ao fim, entende-se minimamente que qualquer situação de análise tanto de modelos políticos, como de políticas em si, necessitam de questionamentos que permitam enxergar os destinatários e formuladores destes modelos e destas políticas sob a pena de perpetuar um senso comum neoliberal de que existe neutralidade – através dos recursos técnicos – no campo político.

Referências

ABOY CARLÉS, Gerardo. El populismo, entre la ruptura y la integración. *Revista Argentina de Ciencia Política*, Buenos Aires, pp. 88-97, 2012.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 13ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010. 2 v.

BRUSCHTEIN, Luis. Desde el Papa hasta Macri en el baile. Página 12, Buenos Aires, 04 out. 2005. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-73975-2006-10-04.html>>. Acesso em: 7 mai. 2015.

CHERESKY, Isidoro. En nombre del pueblo y de las convicciones: posibilidades y límites del gobierno sustentado en la opinión pública. *Revista Postdata*, Buenos Aires, v. 09, pp. 83-123, set. 2003.

Con una penitencia presidencial. Página 12, 06 out. 2006. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-74091-2006-10-06.html>>. Acesso em: 8 mai. 2015.

FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, Cristina. *Discurso de la Presidenta Cristina Fernández de Kirchner en la Asamblea Legislativa (10/12/2007)*. Disponível em: <<http://www.caserosada.gob.ar/informacion/discursos/16462-blank-35472369>>. Acesso em: 8 jun. 2015.

GELLNER, Ernest; IONESCU, Ghita. *Populism*. Londres: Weidenfeld and Nicolson, 1969.

GOMES, A. M. C. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 17-57.

KIRCHNER, Néstor Carlos. *Discurso ante la Asamblea Legislativa al asumir como presidente de la Nación en 2003*. Disponível em: <http://archivohistorico.educ.ar/sites/default/files/x_04.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2015.

_____. *Néstor Kirchner en la Asamblea Legislativa en el Congreso*, 2005. Disponível em: <<http://www.cfkargentina.com/nelstor-kirchner-en-la-asamblea-legislativa-en-el-congreso-2005/>>. Acesso em: 06 jun. 2015.

LACLAU, Ernesto. *A Razão Populista*. 1ª ed. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LE BON, Gustave. *Psicologia das multidões*. 1ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

MALAMUD, Carlos. *Populismos latinoamericanos: los tópicos de ayer, de hoy y de siempre*. 1ª ed. Oviedo: Ediciones Nobel, 2010.

MARTÍ, José. *Nossa América*. 1ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

MENEM, Carlos Saúl. *Remarks at the Welcoming Ceremony for President Carlos Menem of Argentina. November 14th, 1991*. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=20228>>. Acesso em: 8 jun. 2015.

MONTERO, Ana Soledad; VINCENT, Lucía. Del “peronismo impuro” al “kirchnerismo puro”: la construcción de una nueva identidad política durante la presidencia de Néstor Kirchner em Argentina (2003-2007). *Revista Postdata*, Buenos Aires, v. 18, n. 01, pp. 123-157, Abril, 2013.

NOVARO, Marcos. Crisis de representación, neopopulismo y consolidación democrática. *Revista Sociedad – Facultad de Ciencias Sociales – UBA*, Buenos Aires, v. 08, Abril. 1994.

O’DONNELL, Guillermo. Delegative Democracy. *Journal of Democracy – The Johns Hopkins University*, Baltimore, v. 05, n. 01, pp. 55-69, jan. 1994.

_____. *El Estado Burocrático Autoritario*. 1ª ed. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009.

PANIZZA, Francisco. *Populism and the mirror of Democracy*. 1ª ed. Londres: Verso Books, 2005.

VOMMARO, Pablo. 2001 Antes y Después: La consolidación de la territorialidad. *Revista Forjando*, Buenos Aires, v. 01, pp. 106-117, jul. 2012.

YERBA, Martín Rodríguez. Kirchner propuso construir su proyecto sin ‘sectarismos’. *La Nación*, Buenos Aires. 12 mar. 2004. Disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar/580768-kirchner-propuso-construir-su-proyecto-sin-sectarismos>>. Acesso em: 7 jun. 2015.